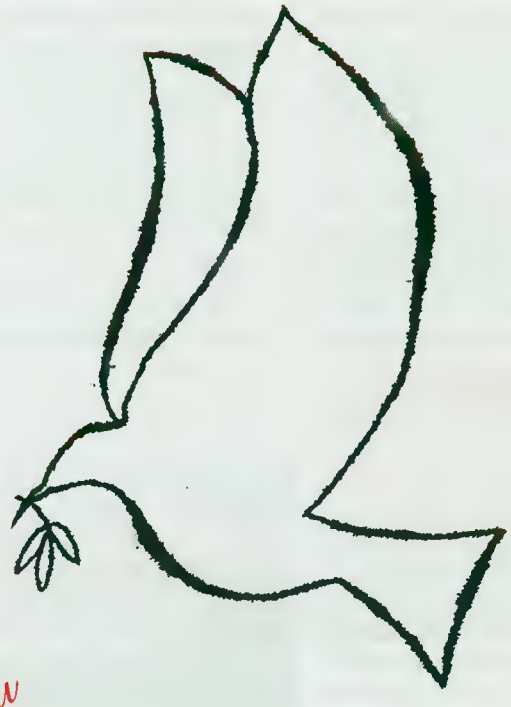
Boletim apubh

www.apubh.org.br

.:: Associação Profissional dos Docentes da UFMG - ANO XXIV Nº 18 - DEZEMBRO DE 2002 ::.





Se lembra do futuro
Que a gente combinou
Eu era tão criança e ainda sou
Querendo acreditar
Que o dia vai raiar
Só porque uma cantiga anunciou

(Chico Buarque "Maninha")



Editorial

Chegamos ao final do ano. Daqui a pouco, o Natal, as comemorações de família e a preciosa saudação de "Feliz Ano Novo".

Como foi mesmo este ano de 2002?

A violência organizada ou a varejo continua solta. Para o mundo todo indignação por ver o governo norte-americano e quem sabe outros países numa aventura belicista e suicida contra o povo árabe.

E o Brasil. O nosso Brasil, com seu povo sofrido e humilhado diante de uma crise financeira tão grave que faz levar milhares de cidadãos ao desemprego e ao desespero, alguns à marginalidade que até nos lembra a trama kafkaniana.

Mas esse povo resistiu. Ao contrário do que alguns poucos esperavam, ganhar a Copa não fez amortecer ou desviar a profunda indignação contra um governo que conseguiu - em anos que pareceram séculos - desempregar os brasileiros, agravar a penúria das áreas sociais, desrespeitar a Constituição e desnacionalizar setores necessários e absolutamente intocáveis.

E esse nosso povo reagiu, entendeu as eleições como o julgamento desse governo e elegeu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do país.

Por parte dos atuais governistas e aliados, o cenário agora é de dúvidas, agitação e muitos receios mas por parte de milhões de brasileiros é de alegria e esperança. Nós, professores das universidades públicas, vamos estar presentes nessa festa. Temos pela frente muita responsabilidade e muito trabalho nas universidades e fora delas, mas isso sempre tivemos e soubemos fazer.

Esse país não é mais o mesmo. São novos desafios e novas perspectivas que temos pela frente. Conclamamos os colegas a se engajar no esforço de conquistar um novo rumo para a Universidade e para o Brasil.

Nós, diretores e funcionários da APUBH, queremos desejar, aos professores e a todos os brasileiros, um Feliz Natal e um Ano Novo melhor.

Aconteceu

I MOSTRA DE ARTE E CULTURA

Inaugurando nova atividade, que esperamos venha para ficar, foi realizada nos dias 7 e 8 de novembro a I Mostra de Arte e Cultura da APUBH. O principal objetivo do evento foi propiciar aos professores da UFMG a exposição de seus trabalhos bem como tomar conhecimento dos trabalhos que nossos colegas vêm realizando na nossa Universidade.

A mostra faz parte das comemorações dos 25 anos da APUBH e dos 75 anos da UFMG.



BAILE DO PROFESSOR

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, a APUBH realizou, no dia 8 de novembro último, o Baile dos Professores. Foi um momento de singular importância que reuniu professores, seus familiares e outros convidados que construíram vínculo com a nossa Universidade, para comemorar os 25 anos da APUBH.



COMEMORAÇÃO EM MONTES CLAROS

A distância geográfica entre Belo Horizonte e Montes Claros, que abriga o Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG, dificulta a participação dos nossos colegas desta unidade nos eventos aqui realizados. Em função disto, a APUBH realizou, no dia 22 de novembro, em Montes Claros, um baile para os professores do NCA e seus convidados.



expediente

Presidente:
Fernando Fidalgo
1º Vice-Presidente:
Rosângela Carrusca Alvim
2º Vice-Presidente:
Bruno Rabelo Versiani
1ªSecretária:
Otávia Fernandes S Rodrigues
2º Secretário:
Marta Pinheiro Aun
1º Tesoureiro:
José Antônio Armanelli
2º Tesoureiro:
Celso Pereira Fonseca
1º Suplente:
Vera Lúcia Fernandes
2º Suplente:
Tânia Lúcia Hirochi

Jornalista responsável:
Murilo Gontijo - Reg. Prof. 4876/MG

Projeto gráfico, editoração e ilustrações:
Leonardo Vilar Costa

R. Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha
BH - MG - 31275 020
Tel.(31) 3441 7211Fax:(31) 3441 1303
www.apubh.org.br
apubh@apubh.org.br

Aconteceu

PLENÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - 10/11

Plano de Lutas

- Manter pauta emergencial;
- Suprimir MP's que extinguem Órgãos e Comissões;
- Interlocução com equipe de transição do novo governo;
- Apresentar emendas ao orçamento;
- Agenda com Parlamento e equipe de transição;
- Manter a independência frente ao novo Governo;
- Responsabilidade na implantação do projeto de governo;
- Lutar pela mudança no orçamento;
- Mobilização para garantir novos direitos e impedir que FHC aplique um projeto nesse final de governo;
- Estabelecer negociações efetivas, culminando com um acordo coletivo de trabalho no serviço público.
- O déficit da previdência está em R$ 71,15 bilhões. O salário mínimo para chegar ao patamar de R$ 240,00 a R$ 250,00, que é menos ruim; e também as perdas salariais dos servidores públicos federais, segundo o DIEESE em torno de 95%.
- Para atender, e resgatar esta dívida social, é necessário que o governo que se inicia, que é dos trabalhadores, tenha pulso firme e faça uma rigorosa fiscalização na arrecadação, em combate devastador à corrupção; uma cruzada contra a sonegação; receber de volta R$ 800 bilhões sonegados dos banqueiros, empresários e a elite domi-nante. Só assim teremos superávit.
- Que a CNESF e a CUT solicitem à liderança do PT na Câmara dos Deputados e ao presidente eleito que, logo que assuma a Presidência da República, retire a PEC 136 e 137/99 do Congresso Nacional.

Encaminhamentos

1) Posicionar-se radicalmente contra a PEC 136 e 137/99, mensagem 1542/99.

2) Que a CNESF encaminhe, às lideranças dos Partidos dos Trabalhadores e de outros partidos de esquerda, uma solicitação de que não permita que estas PECs sejam votadas neste final de ano na Câmara dos Deputados e, caso seja colocada em votação, que estes partidos votem contra a sua aprovação.

- Que o governo Lula inicie um processo de negociação permanente com os servidores públicos, a partir de 01/01/2003.
- Que o novo governo convoque um plebiscito oficial sobre a participação nas negociações da ALCA.
- Que o novo governo mantenha as Universidades no MEC.
- Não votação de nenhum projeto que venha a causar prejuízo aos trabalhadores do serviço público.

Fique de Olho

CARTA DO 2º ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Os servidores públicos ativos e aposentados das áreas federal, estadual e municipal, organizados em entidades e movimentos representativos da categoria, juntamente com as organizações de trabalhadores da iniciativa privada, reunidos em Luziânia - GO, no período de 5 a 7 de dezembro de 2002, para debater assuntos referentes à aposentadoria, governo eleito e conjuntura nacional, importante e decisiva para os destinos do País, após intensa luta para a eleição de um governo voltado para o social, manifestam:

Esperança no sentido de não ver suas expectativas frustradas principalmente quanto ao cumprimento do compromisso publicamente assumido com a construção de uma sociedade mais justa, em que o bem estar e os direitos sociais dos trabalhadores não sejam desconstituídos ou desrespeitados em proveito de uma ordem econômica que responde aos interesses materiais de um sistema voltado para si mesmo e sua reprodução completamente alheia à qualidade de vida das pessoas.

Manter a resistência e luta dos últimos 12 anos diante do verdadeiro desmonte do Estado brasileiro, concentrado, principalmente nas privatizações de toda ordem, nas transferências de responsabilidades de produção e distribuição de serviços para a iniciativa privada, na desconfiguração das políticas públicas ao lado de um arrocho salarial sem precedentes na história do país e no ataque à Seguridade Social, em prejuízo dos trabalhadores ativos e aposentados, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada. Ataque este caracterizado por uma verdadeira campanha de desqualificação dos servidores públicos cujo objetivo principal foi o de rotulá-los para a sociedade como os responsáveis pelo falso "déficit" da Previdência, artificialmente criado na medida em que o governo fragmenta o indivisível mecanismo de custeio da Seguridade Social que, na verdade, é superavitária.

Registrar a importância de estudos e proposições que contemplem:

Uma Reforma Previdenciária em que os direitos sociais não sejam reduzidos e sim simplificados, porquanto qualquer modelo previdenciário não pode estar baseado ou vinculado à lógica do capital e do mercado e nem mesmo do cálculo atuarial, pois o mesmo remete à capitalização, que, se levado às últimas conseqüências, rompe a solidariedade que deve permear uma previdência social pública.

A valorização do trabalhador público, para que possa oferecer serviços de qualidade à sociedade. Por essa razão o nivelamento, já anunciado, de suas aposentadorias com a dos trabalhadores da iniciativa privada, deve ser ampla e obrigatoriamente discutida, porquanto as características dos serviços prestados são especiais, e não podem ser medidas por um regime único de trabalho, sob pena de prejudicar a população que depende desses serviços. Além disso, o nivelamento implicará perdas de direitos. O servidor público poderá ter seus direitos constitucionais agredidos no que diz respeito à integralidade de seus vencimentos no ato da aposentadoria. Ela pode ser extinta.

Seria justo o respeito às lutas e conquistas dos trabalhadores de cada segmento no aperfeiçoamento da Previdência Social Pública.

Os participantes deste II Encontro consideram imprescindível que, antes de qualquer encaminhamento a ser dado a essas questões, estabeleça-se um efetivo diálogo com as entidades de representação de classes.

Manifestam ainda, o seu repúdio às PECs 136 e 137, à quebra da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, à agressão a seus direitos adquiridos e à inexistência de um a reposição salarial digna há quase uma década.

Luziânia (GO), 07 de dezembro de 2002.



Fique de Olho

PQI - PLANO DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL
" INGERÊNCIA DO MEC NA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E NA QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL".

A CAPES, investindo na formação pós-graduada de pessoal docente das IES, criou o **PQI - PLANO DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL,** em substituição ao **PICDT- Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico**, criado há 26 anos. A mudança foi justificada por problemas acumulados que passaram a comprometer a eficácia do antigo programa, tendo sido citados como elementos mais desfavoráveis: predomínio de decisão individual na capacitação docente; ausência de definição de áreas e linhas de pesquisa por parte das IES; baixo retorno de investimentos em qualificação face à idade média elevada de boa parte dos beneficiários do programa, dentre outros.

Esse programa, que deverá ser apresentado na forma de projetos de cooperação em pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes Instituições, visa à formação dos docentes e excepcionalmente de técnicos das instituições envolvidas, tendo como característica apoiar o plano institucional de qualificação das IES e a mudança de perfil do ensino da pós-graduação das IES.

Trataremos então especificamente do PQI, considerando as medidas que o **Governo/MEC/CAPES** vem adotando para, paulatinamente substituir o PICDT pelo PQI.

O PQI visa a promover, segundo a CAPES, o desenvolvimento acadêmico das IES públicas, por meio:

- "do estímulo a elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional;
- da qualificação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país;
- do apoio a políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados".

Ainda segundo dados da CAPES, foram apresentadas 274 propostas para o PQI até 30 de abril deste ano. Das 59 Instituições de Ensino Superior que se candidataram, 39 são federais e 20 estaduais e apresentaram, respectivamente, 200 e 74 projetos. Apresentamos a nossa colocação neste programa:

MG	CEFET/MG	2
	EFOA	1
	FUNREI	6
	UEMG	2
	UFJF	7
	UFLA	4
	UFMG	3
	UFU	1
	UFV	6

A ANDES-SN defende uma proposta para a universidade brasileira historicamente construída, baseada na autonomia e democracia das instituições universitárias e na constituição e implementação de um padrão unitário de **qualidade** para a universidade brasileira.

"Um dos elementos centrais dessa proposta é o Plano de Carreira Única para todos os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) nos três níveis, fundamentada nos seguintes princípios: a) unificação da carreira para os docentes das IES que atuam em todos os níveis de ensino nas redes federal, estadual, municipal e particular; b) ingresso na carreira apenas por concurso público; c) admissão nas IES públicas pelos regimes estatuários vigentes nas três esferas da administração; d) exigência de titulação como princípio essencial na estruturação da carreira; e) progressão na carreira adotando critérios de avaliação de desempenho acadêmico e titulação; f) progressão para o último estágio por concurso interno; g) exigência de uma política de capacitação docente com suporte para efetivação da proposta de carreira; h) avaliação do corpo docente para garantir processo contínuo de capacitação nas IES; i) atribuições acadêmicas específicas para as diferentes classes; j) adoção do regime de dedicação exclusiva para as diferentes classes; i) adoção do regime de dedicação exclusiva como regime preferencial na contratação do docente nas IES; m) adoção de regime semanal de trabalho de 20h ou de 40h, neste caso, como dedicação exclusiva; n) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o) adoção do projeto da ANDES-SN como referência para quaisquer critérios para implementação da carreira; p) isonomia de remuneração entre as IES; e q) previsão de um período de transição para a proposta de carreira da ANDES-SN".(1)

Os eventos nacionais da ANDES-SN e os regionais das ADS vêm investindo para avançar na construção do projeto de carreira única e de diretrizes para a elaboração de um Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD) na perspectiva do **Padrão Único de Qualidade**.

Na proposta do Movimento Docente já protocolada nos Ministérios MEC e MPOG , a responsabilidade do Estado como estimulador, fomentador e coordenador dos Planos e Projetos das IES é concebida como central, uma vez que os recursos públicos constituem-se no aporte fundamental para as universidades brasileiras.

Segundo a CAPES, os programas destinados à qualificação docente são institucionais, ou seja, administrados pelas próprias instituições e diversificados.

A CAPES aporta recursos às instituições de ensino para a qualificação de seu corpo docente por meio de diferentes programas.

A IES que pretenda participar do PQI deverá:

. ser pública;

. apresentar à CAPES o plano institucional de qualificação na forma de projetos de cooperação que materializem os objetivos do programa;

. demonstrar condições de acompanhamento e avaliação da execução dos projetos de cooperação;

. apresentar contrapartida no financiamento do projeto de cooperação para as IES estaduais e municipais.

Outras características do projeto são:

. visar à formação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente no nível de doutorado;

. ter duração de até cinco anos e envolver duas ou mais equipes, sendo uma da IES de origem dos docentes e uma ou mais da(s) IES de cooperante(s) onde ocorrerá a qualificação;

. prever toda a formação de docentes e técnicos durante a execução do projeto;

. estabelecer metas quanto ao ensino, à criação de grupos de pesquisa, à implantação de programas de pós-graduação, bem como novas áreas de concentração ou linhas de pesquisa em programas existentes.

Quanto às características dos Docentes e dos Técnicos em Formação:

. pertencer ao quadro permanente da IES; e

. ***Contar com pelo menos 14 anos de atividade até a aposentadoria por tempo de serviço, quando iniciar sua qualificação.***

Os Itens Financiáveis são:

. bolsas de mestrado ou doutorado para missões de estudos;

diárias ou bolsas de professor visitante para missões de trabalho;

. passagens aéreas ou despesas de locomoção para missões de estudos e/ou trabalho;

· recursos de custeio para desenvolvimento das atividades do projeto para a equipe da IES de origem no montante anual de R$ 2.000 (dois mil reais), por docente/técnico, quando o mesmo, em formação, estiver em sua IES;

. recursos de custeio para desenvolvimento das atividades do projeto para a equipe da IES cooperante que serão:

A) montante anual de R$ 5.000 (cinco mil reais) por docente/técnico, em formação, durante a missão de estudos, quando se tratar de IES cooperante pública;

B) montante correspondente a taxas escolares por docente/técnico, em formação, durante a missão de estudos quando se tratar de IES cooperante particular;

C) Os valores serão reduzidos em 50% (cinqüenta por cento) quando o docente/técnico, em qualificação, estiver na IES de origem.

Após a análise de mérito dos projetos de cooperação, o plano institucional de qualificação terá seu financiamento discutido entre a CAPES e a Pró-Reitoria de modo a estabelecer prioridades e a dimensão dos recursos a serem concedidos.

Analisando os elementos constitutivos das propostas da ANDES-SN para a PNCD, defendidas pelo Movimento Docente e o Programa da CAPES, podemos identificar divergências e antagonismos na compreensão:

do que é Política de Qualificação Docente

do que seja a gestão da política, sua coordenação, acompanhamento, avaliação;

sobre os setores a serem atendidos;

sobre a caracterização dos docentes a serem atendidos;

sobre o financiamento

sobre o montante a ser investido

sobre as cooperações a serem firmadas

"Enquanto a ANDES-SN defende que devemos ter uma Política Nacional de Capacitação de Docentes que atenda aos três setores, formulada a partir dos Planos Institucionais, com AUTONOMIA DAS IES, a CAPES desativa o PICDT, que desempenhava este papel, para introduzir um Programa restrito às públicas, o que contraria a proposta da ANDES-SN no que diz respeito à compreensão de Carreira Única e Padrão de Qualidade Nacional;"

Enquanto a ANDES-SN defende a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação em acompanhar e avaliar Planos de Capacitação, a CAPES chama para si tal responsabilidade;

Enquanto a ANDES-SN defende a capacitação de TODOS OS DOCENTES, a CAPES exclui aqueles que estiverem a 14 anos da aposentadoria, eliminando os que não tiveram essa oportunidade antes.

Enquanto a ANDES-SN prevê investimentos do Governo Federal, Estadual e Municipal, a CAPES indica contrapartidas e parcerias.

Enquanto a ANDES-SN defende a AUTONOMIA Universitária para a construção de Grupos, Linhas e Cooperações, a CAPES restringe as cooperações a GRUPOS DE EXCELÊNCIA, interferindo assim, nas possibilidades de produção do conhecimento e nas prováveis matrizes científicas em desenvolvimento".(2)

No Seminário Nacional sobre Educação Superior ocorrido em Belo Horizonte/MG, de 4 a 6 de abril de 2002 e no 21 º Congresso da ANDES-SN, a questão foi amplamente debatida e concluiu-se que no bojo da reforma do Estado brasileiro, que implementa à risca a política neoliberal, desresponsabiliza-se o Estado de suas atribuições, entre as quais a de garantir aos docentes planos e programas para formação continuada, sem prejuízo de seus salários, carreira e com assistência garantida.

Diante das divergências de visão do programa, buscou-se juridicamente um parecer técnico(3) para uma análise precisa das implicações jurídicas do PQI, que, segundo entendimento expresso na análise do Programa proposto, tem gerado incertezas quanto à sua constitucionalidade.

Algumas situações analisadas por este parecer merecem destaque pela relação direta com o anteriormente relatado. Citamos as seguintes :

1 - " *O novo programa estipula que somente os docentes e técnicos pertencentes ao quadro permanente da Instituição e que ainda contem com, pelo menos, 14(catorze) anos da aposentadoria quando do início da qualificação, possam integrar as equipes qua apresentarão projetos. Esse último requisito tem encontrado forte resistência na massa acadêmica, tendo em vista sua possível inconstitucionalidade*".

2 - "*...Constituição Federal, estatui, em seu caput, a igualdade entre todos cidadãos, sendo vedada a distinção* ***a qualquer título.*** *Diante disso, em tese, seria cabível o entendimento de que o Programa de Qualificação Institucional não poderia excluir de seus quadros o profissional que esteja a menos de 14 anos de aposentar-se.*"

3 - "*Com tais disposições, não restam dúvidas que o Programa de Qualificação Profissional não objetiva, consoante dispõe na Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o preparo do educando para exercício da cidadania" ou mesmo "melhor qualificação para o trabalho". Ao contrário, o Estado, ao financiar a qualificação dos docentes e técnicos, efetua um investimento, resguardando seu direito à contraprestação do profissional, que é a de permanecer em seus quadros. E, caso essa não seja atendida, deverá o servidor indenizar os cofres públicos.*"

4 - "*...* ***condicionar a concessão do fi-nanciamento ao tempo restante de ativi-dade dos docentes não encontra qualquer respaldo legal.*** (grifo nosso)

Poderia a CAPES, e para isso existe respaldo legal consoante demonstrado, estabelecer o compromisso do docente de permanecer na Instituição de Ensino Superior pelo mesmo tempo em que esteve afastado para aperfeiçoamento.

Cabe ressaltar, ainda, que ***o referido acordo não pode impedir ou sobrestar a aposentadoria daquele servidor que já reuniu todas as condições para tanto****, nesses casos, o Decreto n.º 94.664/87, ao regulamentar a Lei n.º 7.596/87, instituiu a obrigação, do servidor, de indenizar o erário público pelas despesas causadas.*" (grifo nosso)

A luta incessante da ANDES-SN contra tal política pode ser reconhecida, no texto da resolução do 21º Congresso a respeito do PQI destacada a seguir:

"... desenvolver ações junto aos órgãos superiores das universidades para que não se submetam aos procedimentos e exigências do MEC quanto a credenciamento e recredenciamento de seus cursos, resguardando a autonomia garantida pelo art. 207 da CF/88".

Finalmente cabe apontar mais alguns argumentos:

Institucionalmente a função da CAPES é a de repasse de recursos financeiros destinados ao aperfeiçoamento e qualificação do corpo docente das IES. Estas, por sua vez, são os clientes mais imediatos na melhoria do seu quadro de professores, atingindo o objetivo final de beneficiar o seu corpo discente. Sendo as IES entes com autonomia que permite "*estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão*"(4), como desassociar tais planos de qualificação de professores? E se existe autonomia para tanto, quem é a maior responsável e interessada

no retorno a ser dado por esses profissionais? Portanto, somente a Universidade deveria avaliar tais benefícios e que professores dariam tal retorno. Se o critério anterior - compromisso de permanência na Universidade pelo tempo igual ao do afastamento - era razoável, o proposto, além da enfatizada inconstitucionalidade da condição atrelada à aposentadoria, apresenta uma flagrante e indesejável interferência nesta autonomia. Portanto, quem deve avaliar o retorno é a Universidade e ele não pode ser mensurado pura e simplesmente por uma relação investimento/tempo de permanência na instituição.

É do cerne do programa a ***qualificação.*** Ora, o critério do PQI é baseado em retorno e é puramente ***quantitativo.*** Assim são considerados *projetos de natureza privada,* ou seja objetivam unicamente retorno financeiro. O MEC deve ser o braço da sociedade no interesse da melhoria da educação e do conhecimento tecnológico do país. Portanto, o interesse é eminentemente social e não pode ser baseado numa mera relação financeira de dispêndio/retorno para um determinado prazo. Em última análise, a qualificação de um professor é, antes de tudo, um interesse da sociedade que o subsidia através de recursos públicos, alocados naquele Ministério. Em qualquer ângulo que se analise, não só ganham os alunos beneficiados pela melhoria do padrão do ensino, como ganha toda a sociedade com a agregação de novos conhecimentos pela qualificação de seus mestres.

Diante dos argumentos expostos e da mudança estabelecida por um programa que não reflete os interesses de seus corpos docente e discente e tendo o PQI sido já implantado com suas inaceitáveis condicionantes, cabe à nossa entidade levantar esta bandeira e traçar estratégias de convencimento às autoridades pertinentes da imediata revogação de tais restrições.

1- ANDES -Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior / Circular Nº 181/2002.

2 - Documento ANDES -Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior / Circular Nº 181/2002.

3 - Parecer dado em Brasília, 23 de setembro de 2002 pelos DRs Andréa Bueno Magnani,OAB/SP 183.528 e Cláudio Santos OAB/DF nº 10081- Assessoria Jurídica Nacional da ANDES

4 - Inciso III, do artigo 53 da Lei 9.394/96.



Fique de Olho



Carta ao PresidenteLula

São Paulo, 26 de novembro de 2002.

A classe trabalhadora brasileira cansada destes 8 anos de FHC, FMI e neoliberalismo, que retirou e flexibilizou direitos, promoveu desemprego e arrochou salários para remunerar os banqueiros e grandes empresários internacionais e nacionais deposita grandes expectativas de mudança com o seu governo.

Os banqueiros internacionais e também banqueiros e grandes empresários nacionais que lucraram tanto nestes anos sob o modelo econômico do FMI e do governo Fernando Henrique, levaram o Brasil a uma grave crise e querem, mais uma vez, que a classe trabalhadora pague o preço dessa crise.

Nós, sindicalistas, dirigentes da Central Única dos Trabalhadores, nos dirigimos a você, neste momento, para apresentar um conjunto mínimo de reivindicações em benefício da classe trabalhadora e da maioria do povo pobre do nosso país, para que não sejamos nós trabalhadores a pagarmos o pato na crise que o FMI, a Febraban, a FIESP e toda patronal desse país criou.

Para que haja Fome Zero, precisamos de Emprego, Salário, Terra e Liberdade.

Por isso, reivindicamos:

. Salário mínimo equivalente a 100 dólares (R$ 350,00) agora, conforme reivindicação da CUT em anos anteriores, para chegarmos no curto prazo ao salário mínimo do Dieese, capaz de sustentar uma família;

. Estabilidade no emprego; Proibição da demissão imotivada. Redução da jornada de trabalho para 36hs, sem redução dos salários e sem flexibilização;

. Aumento geral dos salários e gatilho, porque só os salários na verdade não tem tido aumento (sem falar nos casos mais graves, como o do funcionalismo federal, com salários congelados há 8 anos). Tudo o mais já subiu de preço: alimentos, gás, remédios, tarifas públicas, gasolina... É preciso reduzir e congelar as tarifas de água, luz e combustível;

. Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores sem terra;

. Defesa da Previdência Pública e do Regime de Repartição; contra a privatização através dos fundos de pensão e aposentadorias complementares;

. Direito à organização de comissão de empresa com estabilidade. Liberdade de organização dos trabalhadores dentro das empresas e locais de trabalho. As mudanças na legislação trabalhista e de organização sindical devem ser para ampliar e não para retirar ou flexibilizar direitos e também para fortalecer a organização dos trabalhadores.

Estas reivindicações mínimas podem ser perfeitamente atendidas. Para fazê-lo, entretanto, é preciso parar com a sangria de recursos que são desviados para fora do país e para o bolso dos banqueiros, que ficam com mais de 70% das verbas do Orçamento, direcionadas para pagar juros e parcelas da dívida. A nossa opção deve ser a de que os banqueiros e grandes empresários se sacrifiquem, pois são ricos. Por isso, não devemos fazer pacto social com a Febraban, FIESP e demais organizações empresariais, que colocam o lucro acima do emprego e da vida, mas um pacto entre os trabalhadores, para fazer as mudanças que o Brasil precisa.

É preciso parar com a entrega e defender a soberania do país.

É necessário, presidente Lula, retirar imediatamente o Brasil das negociações da ALCA, e cancelar o acordo com os EUA sobre a Base de Alcântara, conforme a vontade expressa no Plebiscito sobre a ALCA realizado pelos movimentos sociais. É preciso também romper com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa e realizar a auditoria desta dívida, conforme determina a Constituição Federal.

E, neste sentido, fazemos nossa a exigência de todos movimentos sociais que estão na campanha contra a ALCA, a dívida e a militarização que vem sendo imposta a toda a América Latina: Pedimos a convocação de um **Plebiscito Oficial sobre a ALCA, em 2003,** para que seja o povo a decidir soberanamente os destinos do nosso país, rechaçando a tentativa do governo dos EUA de transformar nosso país em uma colônia, através da ALCA.

Respeitosamente,

José Maria de Almeida
da Executiva Nacional da CUT

Junia Gouveia
da Executiva Nacional da CUT

Dirceu Travesso
da Executiva Nacional da CUT



UNIVERSIDADE NO MEC: CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Os educadores que resistiram à agenda neoliberal para a educação brasileira e ousaram construir um Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, no decorrer de quatro Congressos Nacionais de Educação (CONED), perplexos e apreensivos, acompanham as notícias de que as universidades poderão ser deslocadas para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Esta orientação colidiria com todos os encaminhamentos contra a mercantilização do ensino produzidos ao longo dos ásperos anos 90 e coroaria o êxito das políticas neoliberais.

As resoluções dos CONED propugnam que é preciso desencadear um esforço de racionalização que reorganize de alto a baixo a intervenção do Estado na educação, na produção científica, na criação artística e na capacitação tecnológica, como exortara Florestan Fernandes no início da década passada. O eixo dessa ação seria a edificação de um sistema nacional de educação (SNE) capaz de permitir a revolução educacional que outras civilizações realizaram no século XIX. Florestan fez esta admoestação no rastro da Constituição de 1988, porém o anjo da história foi carregado pela torrente neoliberal, atingindo, também, a educação e, desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), que fixaria os marcos do sistema nacional de educação (SNE), cedeu lugar a um outro projeto urdido longe das escolas, das universidades, dos sindicatos e das entidades acadêmicas.

A LDB aprovada (Lei 9394/96), em suas primeiras versões, sequer previa um SNE. A meta em voga era a desregulamentação-flexibilização de modo que não houvesse nenhum empecilho às "livres" forças do mercado: a educação foi convertida em "serviço não exclusivo do Estado e competitivo". Em benefício do setor privado, na LDB, não consta sequer que o Estado tem o dever de manter e priorizar o ensino superior. Com o objetivo de fragmentar as iniciativas educacionais, o Banco Mundial, por intermédio do MEC, promoveu a descentralização da oferta da educação e, ao mesmo tempo, criou um sistema centralizado de avaliação com o objetivo de manter a educação sob seu controle. Quanto às universidades, o objetivo passou a ser a autonomia das mesmas como pensada por Hayek: para operar livremente no mercado, sem amarras estatais, para que, em curto prazo, as *organizações* pudessem caminhar com os próprios pés (ver PEC-370/96).

O fracionamento da política de educação foi iniciado, de modo mais agudo, por Collor de Melo, José Goldenberg e Eunice Duhran, que pretendiam deslocar as universidades para a área de ciência e tecnologia. Como Collor tentara suprimir o INEP, a CAPES e o próprio MCT, foi possível unificar a reação ao desmonte e, dessa feita, os referidos órgãos foram mantidos, ainda que em estado vegetativo: enquanto as fronteiras do país eram abertas, expondo as empresas nacionais à competição externa, as verbas para a pesquisa foram drasticamente reduzidas, chegando, em 1992, a um terço do valor que tinham em 1987. No caso das universidades, a mobilização assumiu grandes proporções, em particular por meio da grande greve das universidades federais em 1991, assegurando a manutenção dessas instituições no âmbito do MEC.

A reforma do Estado, empreendida por FHC, buscou esquartejar os centros de pesquisa e as universidades. Em suas primeiras versões, conforme noticiado à época, a reforma administrativa pretendia redesenhar inteiramente o setor: o MCT seria transformado em Secretaria, a FINEP e a pesquisa tecnológica iriam para o Ministério da Indústria e Comércio. Novamente, a reação da comunidade impediu a reforma tal como pretendida. Contudo, aos poucos, o MCT foi sendo insidiosamente redesenhado como ministério coadjuvante do setor produtivo. Com as privatizações, muitos centros de pesquisa e desenvolvimento das antigas estatais foram extintos e, desse modo, este vazio poderia ser preenchido mediante a ressignificação das universidades públicas como setor de serviço. Em um país capitalista dependente, as principais demandas são a "adequação" de pacotes tecnológicos e a formação aligeirada de mão-de-obra.

Com efeito, a política de C&T, valendo-se de um eufemismo, CT&I (ciência, tecnologia e inovação), deslocara-se para P&D, sob controle privado, no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT, Lei 9257/96). O objetivo seria melhorar a competitividade do país. É nesse ambiente que a Finep promove o Programa Educação para a Competitividade. Tudo é mercado, tudo é lucro. Adiante, foram criados os Fundos Setoriais que, idealmente, requerem a conversão das universidades em organizações sociais. A Greve Nacional de 2001 impôs um revés neste objetivo, porém logo um novo estratagema foi construído na extensa rede de subterrâneos da Esplanada dos Ministérios: o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica (PL 7282/02), a medida síntese de toda a política de subordinação da C&T ao capital. Os gestores da área parecem esquecer que, mesmo nos EUA, onde as universidades são dotadas de orçamento na casa de bilhões de dólares, as inovações vindas de forma mais ou menos direta das universidades não chegam a 10% do total. No Brasil, com os Fundos e a nova lei, as universidades seriam o paraíso dos empreiteiros acadêmicos. Mas deixariam de ser universidades.

No esforço de reorganização de alto a baixo da área, a mudança na política de C&T terá de ser profunda. A área de P&D terá de ter tratamento específico, não podendo ser confundida, em nenhuma hipótese, com a pesquisa universitária, visto que esta tem de ser orientada por outros princípios e valores. Essas instituições interagem, mas não se confundem. Urge vincular as universidades de forma estreita ao ensino básico e tecnológico. Esses níveis e modalidades articulados poderiam produzir uma sinergia positiva, capaz de servir de emolumento à revolução educacional necessária. Embora insuficientes, em virtude da desvinculação de vários tributos e do fundo de estabilização, os montantes de recursos educacionais dos âmbitos federal (18% da receita advinda de impostos), estadual (25%) e municipal (25%) para os *órgãos responsáveis pela educação* (LDB) (e não para o MCT) não são negligenciáveis. Hoje, mais do que em qualquer outra época, esta é uma política que tem de ser feita pela esquerda, pois os conservadores, após a barbárie neoliberal, não podem mais empunhar a bandeira da educação pública. De fato, a subordinação das universidades à lógica empresarial e este seria o significado da transferência destas instituições para o MCT e a postura de que o ensino básico não necessita de alta qualidade são os últimos suspiros dos neoliberais que querem ver o seu projeto de uma década completado. Certamente, seria um grave erro subestimá-los. As notícias de que as universidades poderiam ser deslocadas para a órbita produtiva comprovam a debilidade da crença de que o neoliberalismo é uma página virada da história.

É preciso ousadia para não sucumbir às ideologias dominantes. E os educadores brasileiros, ao construírem um PNE unitário, capaz de moldar um sistema nacional de educação democrático e com qualidade social, comprovaram que têm disposição de prosseguir na luta pela causa da educação pública!

Brasília, 20 de novembro de 2002

ANDES-Sindicato Nacional

A Re-Fundação da Universidade Brasileira no Século XXI"

O seminário "A Re-fundação da Universidade Brasileira no Século XXI" foi realizado pela APUBH entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2002, no Auditório da Faculdade de Letras UFMG, atingindo plenamente seus objetivos. A importância da iniciativa, a relevância e a qualidade das mesas-redondas foram apontadas como os pontos altos do evento, além da grande participação tanto numérica, quase duzentas pessoas participaram das três mesas do evento, como na qualidade das intervenções durante os debates.

A mesa de abertura foi coordenada pelo Presidente da APUBH Professor Fernando Fidalgo. Na ocasião, saudaram os presentes a Reitora da UFMG, Professora Ana Lúcia de Almeida Gazzola, o Ex-reitor da UFMG, Professor Aluísio Pimenta, representando a Diretoria da ANDES o Professor Antônio Luiz Andrade, o Presidente da CUT Minas Gerais, Lúcio Guterrez, o Coordenador do DCE-UFMG, Acadêmico Augusto Jorge R. Souza, e o Deputado Federal Sérgio Miranda. Todos enfatizaram a importância que o movimento sindical, em especial a APUBH, sempre tiveram na promoção de debates sobre a Universidade.



Na primeira mesa-redonda do seminário, o debate centrou-se nos desafios e nas perspectivas que a nova conjuntura política brasileira engendra para a Universidade pública brasileira e para os movimentos sociais e sindicais. Os professores Hélgio Trindade (Ex-reitor da UFRGS) e Tomáz Aroldo da Mota Santos (Ex-reitor da UFMG), tendo em vista suas participações na elaboração do Programa do Governo Eleito para o ensino superior, apontaram, entre outros elementos também fundamentais, a necessidade da Universidade Pública tomar nas suas mãos seu importante papel para o desenvolvimento econômico e social do país. O representante da ANDES-SN, Professor Antônio Luiz Andrade, concentrou sua fala na análise do cenário mundial e nos desafios que o Governo Lula enfrentará. Apontou as enormes dificuldades que o próximo governo terá para garantir à Universidade pública brasileira condições mais adequadas para cumprir sua missão social. A professora Maria Aparecida Ramos de Menezes (Presidente da ADUFPB-JP), por sua vez, focou sua exposição no papel do movimento docente para a construção de uma nova Universidade Brasileira que possa suplantar as dificuldades enfrentadas nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, entendendo que com participação e luta do movimento docente um novo Brasil será possível bem como uma nova Universidade. Seguiu-se às exposições um rico debate sobre a conjuntura nacional e as Universidades.



Da mesa-redonda "Gestão Autônoma da Universidade Pública Brasileira: desafios e perspectivas", participaram como expositores os professores João dos Reis da Silva Jr. (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba), Joviniano Soares de Carvalho Neto (Presidente da APUB-UFBA) e Antônio Luiz Andrade (Diretor da ANDES-SN), tendo como Coordenadora a Professora Beatriz Couto (APUBH). Nesta mesa, a reflexão foi pautada pela análise sobre os mecanismos capazes de garantir o que está previsto no Art. 207 da Constituição Federal de 1988. Nesta mesa, as divergências de entendimento sobre a forma de garantir a autonomia das Universidades Públicas foram ressaltadas, de um lado, o prof. Antônio (ANDES-SN) reafirmou o entendimento do Sindicato Nacional de que o artigo 207 é auto-aplicável, de outro, o Prof. Joviniano (APUB) expôs sobre a necessidade de aprovação de novos dispositivos constitucionais ou infra-constitucionais capazes de garantir a efetivação e o exercício da autonomia pelas Universidades Brasileiras. O prof. João dos Reis refletiu sobre os rumos da reforma do Estado Brasileiro e as implicações para o desenvolvimento da Universidade.



A última mesa-redonda verticalizou a discussão sobre a autonomia da Universidade em relação ao seu financiamento. Foram expositores o Prof. Arquimedes Diogenes Cilone (Reitor da Universidade Federal de Uberlândia), o Prof. Antônio Luiz Andrade (ANDES-SN), o professor Gil Vicente (Ex-presidente do Fórum Nacional de Pró-reitores de Adm. e Planejamento das IFES) e o Prof. Elias Antônio Jorge (Diretor da APUBH). Coordenou a mesa a Professora Vera Fernandes (Diretora da APUBH). Foram debatidas as formas de financiamento das Universidades Federais hoje, bem como propostas e perspectivas de financiamento.



No Domingo, dia 1° de dezembro, um grupo, com aproximadamente 30 participantes indicados pela APUBH e representantes das Seções Sindicais presentes ao evento, realizou a sessão de sistematização do Seminário. Foi proposta e de pronto aceita pela Diretoria da APUBH a tarefa de publicar as exposições e os debates do Seminário.

Salário mínimo: discutir valor nominal não basta

No debate sobre o salário mínimo sempre haverá argumentos sobre a possibilidade de aumento da remuneração para este ou aquele valor. Em curto prazo, no entanto, qualquer aumento possível para a remuneração mínima do trabalho será insuficiente.

De acordo com o principal instrumento legal que define o salário mínimo - o artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal -, o valor pago a título da remuneração básica deve ser "capaz de atender às necessidades vitais básicas [do trabalhador] e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim." Quem acompanha os dados históricos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE - pode notar que o valor da remuneração base do trabalhador brasileiro está longe de suprir as necessidades definidas na Constituição Federal.

Ao longo da história, o valor real do salário mínimo tem sofrido forte queda, dependendo do patamar inflacionário, das legislações de correção salarial, das orientações políticas dos governos e da capacidade de pressão popular e sindical, entre outros motivos.

Valor histórico - Instituído no país em 1º de maio de 1940, através do decreto-lei 2.162, o salário mínimo passou a vigorar naquele ano, 60 dias após a divulgação no Diário Oficial da União (D.O.U), de 4 de maio. Em valores atuais, a média anual corresponderia a R$ 699,51. O maior valor histórico do salário mínimo foi verificado em 1957, em termos de sua média anual. Em moeda atual chegaria a R$ 875,29. Desde então, gradativamente, seu valor vem perdendo a referência histórica, caindo até chegar atualmente a 28,32% do seu valor em julho de 1940.

No que diz respeito à importância deste salário para a formação do padrão de rendimento do trabalhador brasileiro, bastaria verificar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2001. Ali verifica-se que cerca de 29,4% (18,4 milhões de pessoas) da população com 10 anos e mais de idade assalariada ou por conta própria, ocupada na semana de referência, recebia no trabalho principal o equivalente a até um salário mínimo. Considerando-se os que ganhavam até dois mínimos, encontravam-se 60,5%, pouco mais de 37,8 milhões de pessoas.

A maioria da população que recebe benefícios da Previdência Social ganha valores iguais ou muito próximos ao salário mínimo. Segundo dados do Ministério da Previdência, para setembro/2002, os beneficiários que recebiam exatamente um salário mínimo eram 13,3 milhões (64,1% do total) e na faixa entre um e dois mínimos, outros 2,5 milhões (11,9%).

Despesas com benefícios - Os dados mostram: se a população trabalhadora brasileira tem rendimentos muito baixos, isto, de alguma maneira, se reflete nos benefícios previdenciários e uma revisão do salário mínimo tem impactos importantes nas despesas com benefícios. Dado que a estrutura de gastos da Previdência é quase totalmente indexada ao salário mínimo, e devido ao crescimento do número de beneficiários, a concessão de aumentos ao salário mínimo tornaria o déficit previdenciário "explosivo".

Ainda que o déficit da Previdência, a depender dos critérios utilizados, possa ser demonstrado contabilmente, vários analistas relativizam a excessiva responsabilidade do salário mínimo sobre a crise previdenciária, caracterizada como estrutural e, como tal, dependendo de soluções globais que desafiam o próprio modelo econômico do país, e de soluções pontuais, de ordem político-administrativa. Dentre estes pontos destacam-se:

- a universalização dos direitos previdenciários (idosos e rurais) deve ser encarada como gasto de natureza social que objetiva reparar a "exclusão" originada do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, tal como definido pela Constituição de 1988, e não meramente como um déficit contábil.

- a necessidade de uma política econômica que privilegie o emprego formal e a renda dos trabalhadores como forma de ampliar a base de contribuição. Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, em 2001, a base de contribuintes era de 29,6 milhões, excluindo-se dessa 59% da População Economicamente Ativa. Ainda de acordo com o Ministério, o salário real médio de contribuição caiu quase que sistematicamente nos últimos três anos, sendo, no final de 2001, cerca de 15% inferior ao do início de 1999.

- combate à renúncia fiscal e à sonegação. De acordo com o Ministério, nos últimos três anos, a renúncia fiscal, por conta do Simples e das entidades filantrópicas, correspondeu a cerca de 1/3 do déficit do período.

É exatamente neste sentido que deve ser orientada a discussão do patamar de salário mínimo no Brasil. Seu valor é muito baixo, precisa aumentar. Mas tal questão deve ser analisada na perspectiva de uma política maior de retomada do desenvolvimento sustentado e sinalizando-se para a população a trajetória possível de recuperação em médio prazo, sob pena de permanecermos na discussão de meros valores nominais para os próximos meses sem que nos comprometamos com o efetivo resgate do papel da menor remuneração pelo trabalho na economia brasileira.

Informativo Eletrônico do DIEESE Ano 3, N.º. 33. Dezembro de 2002

NOVO GOVERNO E UMA LUTA ANTIGA: ALCA

Para entender a necessidade de conhecer e combater a Área de Livre Comércio da América é preciso situá-la no atual cenário político e econômico mundial. Cenário marcado por uma forte polarização baseada no terrorismo de estado por parte da grande potência hegemônica, os Estados Unidos. Os EUA precisam conquistar um mercado consumidor de seus produtos, fontes de extração de matérias-primas, biodiversidade, mão-de-obra barata, energia, água e, sobretudo, estados nacionais cada vez mais submissos, e desarticulados no plano internacional, para garantir a prestação de serviços aos grandes especuladores internacionais.

A necessidade de continuidade de campanha contra a ALCA é uma realidade.

Devemos aproveitar a nossa correlação de força em âmbito nacional, para propormos a realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA, onde o governo se comprometa com a decisão da maioria da população e tome uma posição institucional sobre o tema.

AGENDAS 2003

A agenda 2003 da APUBH estará disponível aos professores associados a partir de 6 de janeiro de 2003.

Os professores da ativa deverão solicitar sua agenda junto à secretaria de seu departamento.

Os professores aposentados receberão suas agendas em casa, pelo correio.

Solicitamos também que todos os associados atualizem seus endereços e e-mails.

No apagar das luzes, o Governo FHC dá a última tacada nas Universidades Federais Brasileiras

Nos últimos anos, as IFES vêm lutando para conseguir sobreviver com as minguadas verbas. Expansão e melhoria das condições, nem se fala. A partir do mês de outubro, a situação chegou ao limite.

O Governo Federal, de forma abusiva, reteve o repasse dos duodécimos dos meses de outubro e novembro inviabilizando assim o funcionamento básico das Universidades Federais. A UFMG, por exemplo, se viu obrigada a atrasar o pagamento de contas básicas como energia elétrica e água, como forma de garantir o funcionamento mínimo das atividades acadêmicas.

O Ministro da Educação se recusou a receber os Reitores para tratar desta questão. Eles foram tratados no MEC como se estivessem a demandar favores e não o cumprimento da lei. O dinheiro que deve ser repassado às Universidades fica trancado nos cofres dos Ministérios da área econômica do Governo, que, de acordo com seus interesses, manipula a sua liberação.

Depois de tentar audiência com o Ministro Paulo Renato e serem até maltratados por seus auxiliares, os Reitores, já na iminência de fechar as portas das Universidades, perderam a paciência. No dia 4 dezembro, os 52 Reitores das Universidades Federais foram a Brasília para audiência com Ministro Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco, quando foram recebidos cordialmente. No entanto, conseguiram apenas algumas promessas de liberação dos recursos na primeira semana de dezembro.

Nenhuma das fontes de recursos financeiros que garantem o funcionamento da Universidade estava com seus repasses regulares. Além dos duodécimos atrasados, foram retidos parte dos recursos da Emenda ANDIFES e os recursos excedentes da rubrica auxílio alimentação e outras, que o MEC havia se comprometido a liberar às IFES, com vistas a garantir a isonomia entre elas, já que a UFRJ havia recebido por ocasião da grave crise de financiamento que aquela Universidade enfrentou recentemente.

A APUBH acompanhou esta mobilização dos Reitores de perto através de dois diretores que estavam em Brasília.

Ao final, a luta pela liberação destes recursos foi vitoriosa, o Governo Federal se viu obrigado a repassar o conjunto das verbas, o que ocorreu somente no último dia 13 de dezembro.

A situação dos Hospitais Universitários é de calamidade, alguns deles só têm a alternativa de fechar as portas.

Lugar por excelência do exercício indissolúvel do ensino da pesquisa e da extensão, não tem tido do Governo o tratamento merecido e necessário.

Como os jornais têm noticiado, os HU, apesar de sua excelência, estão atolados em dívidas, algumas impagáveis nas atuais condições.

No caso do Hospital das Clínicas da UFMG, a situação nem é das piores, o HC não tem dívidas com os fornecedores, mas tem uma dívida de R$ 3.500.000,00 com a FUNDEP, de empréstimo para pagar o pessoal terceirizado.

O problema está em que o MEC repassa R$ 100.000,00 mensais e só paga o pessoal do quadro. Como não há concurso há 8 anos, tem-se que buscar recursos para pagar os contratados.

Para não aumentar a dívida, o HC conta com R$ 900.000,00 que está vindo do Ministério da Saúde (SUS) e lançou mão de medidas como o corte de 20% nos medicamentos e a diminuição dos plantões.

A solução imediata possível é o repasse de recursos do Estado e do Município para manter o atendimento.

Já está em negociação o repasse de R$ 350.000,00 do Estado e R$ 350.000,00 do município.

Enquanto as Universidades lutam para honrar seus compromissos e continuar sobrevivendo, com péssimas condições de trabalho e de salário de seus professores e funcionários, o Presidente FHC e o Ministro Paulo Renato vão passear no exterior gastando rios de dinheiro do nosso bolso, mostrando as "maravilhas" dos seus oito anos de desmantelamento do Brasil e da Universidade.

É o final melancólico de um governo que a todo custo tenta manter as aparências, mas que sai deixando um rasto de devastação do patrimônio público, da quebra da economia nacional, da dependência e do enfraquecimento da soberania do país, com alto índice de desemprego, de inflação e de miséria para o povo brasileiro.

Só não conseguiu matar a esperança de dias melhores em um futuro próximo.

MEC contrata pesquisa de opinião

O MEC contratou o Instituto Vox Popoli para realizar uma pesquisa de opinião da comunidade acadêmica das IFES, sobre o modelo universitário existente e as políticas para o setor, visando a buscar subsídios *para orientar as ações do Ministério.*

Isso, ao final do governo, causa espanto e desconfiança. Será que o pessoal do MEC ainda não se deu conta de que as luzes deste governo já se apagaram?

Fonte: Ofício circular nº 20/2002 SESU-MEC, de 26/11/2002.

Impresso

Boletim apubh

Associação Profissional dos Docentes da UFMG
R. Artur Itabirano, 70 - São José - BH/MG - 31275 020